

ARTIGO

Estado, classe dominante agrária e nacionalização das políticas agrícolas no Brasil (1930 - 1945)¹

Sônia Regina de Mendonça
Universidade Federal Fluminense

INTRODUÇÃO

O Ministério da Agricultura costuma ser apresentado pela historiografia especializada como uma agência do Estado brasileiro "inoperante" ou de "eficácia duvidosa", sobretudo no que diz respeito à chamada 1a. República (1899-1930), somente adquirindo algum destaque como objeto de investigação no período posterior ao movimento de 1930, face à sua integração ao projeto mais amplo de nacionalização das decisões econômicas, característico da redefinição do papel do Estado então em curso.

Tal tipo de análise, apoiada em dados relativos ao comércio exterior do Brasil, superfícies plantadas por produto ou ainda às novas agências do Executivo criadas com vistas a administrar setores agrícolas específicos, elege 1930 como ponto de inflexão, por julgar verificar-se aí a emergência de uma "efetiva política agrícola", estudada a partir de reformas administrativas pontuais sofridas pelo Ministério e dos indicadores mencionados, tidos como capazes de embasarem conclusões acerca da maior "eficácia" da ação do órgão somente neste período.

Aspectos a meu ver igualmente importantes na configuração de políticas públicas agrícolas, tais como o perfil dos titulares e funcionários de primeiro escalão da Pasta, sua vinculação a entidades da sociedade civil, o jogo de forças políticas vigentes no bloco no poder ou, ainda, a ênfase diferenciada no tratamento político de algumas temáticas relevantes - como a cooperativização agrícola ou as práticas de assistência técnica a produtores de distintos portes - mesmo que com

¹ Este trabalho consiste num resultado parcial do projeto de pesquisa "Estado e Classe Dominante Agrária no Brasil Pós-30 (1930-45)", desenvolvido com o apoio do CNPQ para o período Agosto de 1995 a Julho de 1997, junto ao qual sou pesquisadora desde 1991. A coleta da documentação aqui trabalhada contou com a colaboração dos Bolsistas de Iniciação Científica, do balcão PIBIC/UFF, Nayara Alves da Silva e Roberto Mauro Santos Facce.

² MUELLER, Charles. *Das Oligarquias Agrárias ao Predomínio Urbano-Industrial: um Estudo do Processo de Formação de Políticas Agrícolas no Brasil*. RJ, IPEA/INPES, 1983.

escassas possibilidades de tratamento quantitativista, são subestimados como se somente o "serial" pudesse respaldar estudos acerca do tema.

Em contraste a esse tipo de abordagem e considerando que toda política econômica é, simultaneamente, economia política e, enquanto tal, produto de uma dada correlação de forças entre segmentos e/ou agências da sociedade civil e da sociedade política - configurando o Estado como uma **relação**³ - procura-se, neste trabalho, focalizar o Ministério da Agricultura a partir de outro viés: o de sua imbricação a grupos de interesse institucionalizados, cujas demandas este organismo de Estado procurou organizar e atender ao longo do período delimitado para análise, transformando-se num *locus* privilegiado da neutralização dos conflitos intra-classe dominante agrária brasileira no pós-30. Para tanto, e dando continuidade a pesquisas anteriores sobre o papel da Pasta na chamada 1a. República brasileira, buscar-se-á resgatar a trajetória histórica da agência, de modo a verificar continuidades e descontinuidades em sua atuação, quadros e representatividade política posteriormente ao movimento de 1930.

.O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO E A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA: RESGATE HISTÓRICO.

A Abolição da escravidão e a República foram os marcos formais do coroamento de um processo de transformações estruturais por que passaram a economia e a sociedade brasileira desde o último quartel do século XIX, e que pode ser resumido, em sua essência, na transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Criavam-se as condições objetivas para o aprofundamento da dita *vocação eminentemente agrícola do país*⁴ e seu correlato, a posição subordinada do país no seio da divisão internacional do trabalho.

Se esse conjunto de fatores reiterava a *vocação agrícola*, conferindo nova vitalidade sobretudo à produção de mercadorias de realização externa - particularmente o café - por outro lado, explicitava seu ponto nevrálgico: a intermediação comercial e financeira que, também externa, retirava da economia parte significativa do excedente produzido. O quadro global da vida econômica, política e social do período seria marcado por um equilíbrio instável, ao sabor das oscilações na cotação internacional dos principais produtos primários exportáveis e de políticas públicas valorizadoras, de caráter pontual, voltadas à defesa da renda do principal segmento de proprietários - a

³ POULANTZAS, N. *O Estado, o poder, o socialismo*. RJ, Graal, 1985.

⁴ Para facilitar a leitura e compreensão do texto, optou-se pelo *itálico* como forma gráfica atribuída a toda e qualquer expressão de época.

grande burguesia cafeeira paulista. Na virtualidade de todo esse processo situaram-se, de modo ambíguo, a gênese e expansão da própria industrialização brasileira, que inauguraria uma dinâmica de acumulação contrastiva, posto que centrada na realização produtiva crescentemente interna.

Em meio a esse quadro, teria origem a "politização da economia" brasileira⁵ quando, em função das dificuldades impostas pela crise de 1894 à comercialização internacional de boa parte dos tradicionais gêneros de exportação do país - à exceção do café -, seria agravada a competitividade entre os distintos segmentos da classe proprietária rural, em busca de alternativas para a colocação de seus produtos. A principal delas - mormente para os complexos agrários açucareiro, algodoeiro e pecuarista, com base no Nordeste e Sul do país - foi a reconversão produtiva para o mercado interno, agravando os conflitos e disputas no seio da própria classe dominante.

Nessa conjuntura, determinados segmentos da classe proprietária rural brasileira, sobretudo aqueles ligados aos setores econômica e politicamente "menos dinâmicos", procuraram organizar-se, inaugurando uma reação cujos suportes residiram na hipervalorização do campo e da vida rural, bem como na reedição da vocação *eminentemente agrícola do país*, redefinida em termos de sua diversificação produtiva para o abastecimento doméstico. A importância do controle do aparato estatal por parte desses agentes ganharia crescente relevância, conferindo ao exercício da hegemonia paulista no período um caráter bem menos monolítico do que a historiografia costuma supor. Para tanto, iniciaram um movimento de caráter político-organizacional, centrado na Sociedade Nacional de Agricultura (SNA)⁶ e configurando um projeto contra-hegemônico no interior da classe dominante agrária brasileira do período.

⁵ REIS, Elisa P. "Interesses Agro-exportadores e Construção do Estado: Brasil de 1890 a 1930". IN: SORJ, B. (Org). *Economia e Movimentos Sociais na América Latina*. SP, Brasiliense, 1985, pp. 194-217.

⁶ A institucionalização autônoma dos interesses agrários no seio da sociedade civil progrediria após o turbulento período da consolidação republicana, quando do retorno dos civis ao controle do Estado. Da iniciativa dos chamados *comícios agrícolas* emergiria um conjunto de 47 indivíduos que, reunidos em 1897, aprovaria o estatuto formal do grupo, instituindo a SNA, na sede da antiga *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*. Seu paradigma organizacional seria a instituição homônima criada na França, onde o movimento de *retour à la terre* inaugurado por Jules Méline, gozava, à época, de considerável reconhecimento, sobretudo por traduzir-se numa modalidade de reação à depressão dos preços agrícolas pela via protecionista.

Instituição de classe de expressão nacional, a SNA guardou como principal característica ao longo de toda a 1a. República, a completa ausência de representantes da grande burguesia paulista de seus quadros. A análise da composição de suas Diretorias e Conselhos confirma essa assertiva⁷ merecendo relevo, por outro lado, a participação maciça de porta-vozes dos complexos agrários do eixo Sul/Nordeste, com ênfase para fluminenses, gaúchos e pernambucanos. O estudo de suas três principais instâncias deliberativas entre 1897 e 1930, demonstra esse caráter de uma agremiação de classe contraposta às da grande burguesia de São Paulo, configurando um eixo alternativo de poder, referendado pelo teor das propostas veiculadas, em muito distintas das reivindicações daquela, momento no que tange à força de trabalho. A SNA objetivou, de imediato, dois tentos: o fortalecimento/multiplicação de novas entidades de classe sob sua direção⁸ e a criação de uma agência do poder público governamentalizado - o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) - que permitisse o aparelhamento de seus membros junto à sociedade política. Após intensa campanha junto ao Legislativo e à Imprensa⁹ a Sociedade alcançaria seu objetivo em 1909, quando da

⁷ A análise conjunta dos integrantes das Diretorias Geral e Técnica da SNA demonstra tanto a nítida preponderância de proprietários fluminenses em sua composição, quanto a ausência de articulações flagrantes com a grande burguesia paulista, registrando-se a presença de apenas um proprietário oriundo desse estado - Augusto Ramos - e assim mesmo enquanto porta-voz do Plano de Defesa da Produção Açucareira de 1911. O caráter de agremiação estruturadora das demandas de grupos de proprietários "secundários", ligados à agricultura para o mercado interno, fica patente na amostra estudada, onde além da liderança fluminense, destaca-se a participação de nordestinos e gaúchos. MENDONÇA, S.R. de *RURALISMO: Agricultura, Poder e Estado na Primeira República*. SP, tese de Doutorado junto ao Depto. de História, USP, 1990, 2 v., pp. 57-70.

⁸ Quanto a este aspecto a SNA conseguiria efeitos imediatos, patrocinando intensa campanha em prol da fundação de entidades congêneres sob seu comando, chegando a enviar missões a quase todas as unidades da federação, de modo a constituir um leque de *sociedades filiais*. Assim, enquanto em 1899 havia no Brasil cerca de 81 agremiações do gênero, em 1908 este total passaria para 188. MENDONÇA, *op. cit.*, p. 93.

⁹ Em 1901 a SNA patrocinaria o 1o. Congresso Nacional de Agricultura, realizado no Rio de Janeiro, cuja moção deliberativa central fora a proposta de criação de um "Ministério técnico para a Agricultura". Deste momento em diante, os sócios mais prestigiosos da agremiação, muitos deles deputados federais, abraçaram a campanha em prol da implantação da nova Pasta, fosse atuando mediante *lobbies* no Congresso, fosse promovendo palestras e encontros ou ainda através da Imprensa da Capital, tendo por principal aliado o jornal *O Paiz*, seu grande porta-voz. MENDONÇA, *op. cit.*, pp. 440-5.

implantação da Pasta, junto à qual seus mais destacados sócios se fariam presentes, ocupando mesmo seu principal posto, após 1913.¹⁰

Três foram as principais bandeiras da Sociedade: a) a diversificação produtiva para o mercado interno, b) a chamada modernização agrícola pela difusão do ensino técnico e da mecanização; e c) o incentivo à pequena propriedade mediante a fundação de núcleos coloniais. Para atingir seus objetivos, a SNA definiu estratégias de ação coerentes com a finalidade de garantir aos grupos através dela representados maior capacidade de organização e poder político, dentre as quais destacaram-se a propaganda/formação de opinião no seio da classe dominante; sua definição como órgão de consulta/prestação de serviços aos associados e sua progressiva afirmação como instrumento de pressão política junto aos poderes constituídos.

Ainda que, genericamente, fosse admitido o papel essencial da cafeicultura na sustentação da fortuna pública, a luta pela ampliação - em quantidade e qualidade - das bases da produção agrícola para o mercado interno se impunha como unidade desse grupo, visando contrapor-se à *sampaquização progressiva* do país.¹¹ Além disso, a insistência com que a SNA representava a agricultura em estado de abandono e desproteção, instituiu o Estado como agência coadjutora do processo de modernização a cumprir-se - mais uma vez diferindo do projeto paulista -, dele cobrando toda sorte de subsídios para seu projeto. Daí o papel-chave, para esse grupo, do Ministério da Agricultura que, malgrado seu estado de penúria orçamentária crônica - provocado pelos constrangimentos impostos pelos representantes paulistas junto à

¹⁰ O ano de 1913 constituiu-se em marco consolidador da hegemonia do grupo da SNA junto ao Ministério posto ter-se aí verificado o fim daquilo que denominei de "interlúdio paulista" ou seja a preponderância inicial de porta-vozes da grande burguesia de São Paulo junto à montagem de seu arcabouço administrativo inicial, entre 1909 e 1913, resultado de uma barganha política que procurou contemplar os interesses deste grupo que sempre fora contra a implantação da nova agência. Dessa feita a ossatura material primeira do Ministério seria organizada por representantes da Sociedade Paulista de Agricultura e da Secretaria de Agricultura daquele estado, que chegaram a indicar os três primeiros titulares da Pasta. A partir de 1913, no entanto, a SNA conseguiria afastá-los do órgão. Para maiores detalhes ver MENDONÇA, *op. cit.* cap. 4.

¹¹ O termo, destacado por SALIBA, refere-se ao núcleo do projeto de *nova civilização agrícola* elaborado pelo ministro da Fazenda e cafeicultor paulista Cincinato Braga. Lídimo porta-voz dos interesses da grande burguesia do estado, cuja meta era **"ignorar ou desprezar as virtualidades do 'mercado interno' e seu papel na economia do país"**, promovendo a **"sampaquização progressiva do Brasil"**, o que levou a cisões políticas de peso entre as frações agrárias da classe dominante, mormente na década de 1920. SALIBA, Elias, T. (org.). *As idéias econômicas de Cincinato Braga*. Brasília, R., Senado Federal/FCRB, 1983.

Comissão de Finanças da Câmara ao longo de toda a 1a. República¹² - administrava suas verbas e prioridades segundo os interesses da entidade que lhe emprestara sustentação e quadros.

O caráter do Ministério da Agricultura enquanto articulador de um projeto nacional à época contra-hegemônico pode ser avaliado a partir de duas vertentes: a distribuição interna de seus recursos orçamentários e as modalidades de sua intervenção junto à agricultura no período compreendido entre 1909 e 1930. Quanto ao primeiro ponto destaca-se que os Serviços mais aquinhoados com verbas foram, em ordem decrescente de grandeza, os de *Indústria Pastoral*, *Povoamento*, *Fomento Agrícola* e *Ensino Agrônomo*, cuja participação média no total das despesas ministeriais foi na ordem de 16,5%, 15,3%, 9,7% e 8,0%, respectivamente, ao longo do período.¹³ Esses dados corroboram não apenas a diretriz diversificadora do órgão, como também seu engajamento no atendimento às demandas pelo controle/qualificação da força de trabalho esboçadas pela SNA.¹⁴ Já a segunda vertente, materializou-se no amparo técnico-científico a segmentos agrários bastante específicos, tanto setorial, quanto geograficamente, beneficiando, no primeiro eixo, os complexos açucareiro, algodoeiro, pecuarista e cerealífero, e no segundo, aqueles situados no Nordeste, Rio de Janeiro e Sul, mediante a criação de novas repartições a eles destinadas, tal como o *Serviço do Algodão*, por exemplo.¹⁵ Suas

¹² Os porta-vozes da grande burguesia paulista não cessariam de combater a política da Pasta no âmbito da Câmara dos Deputados. Para além de inúmeros discursos de crítica à sua condução ou mesmo sua existência, seu principal instrumento de pressão contra este que se constituía num aparelho contra-hegemônico do Estado republicano, foi o sistemático corte das verbas a ele destinadas, tarefa nada difícil, considerando-se sua preponderância na presidência da Comissão de Finanças da Câmara.

¹³ MENDONÇA, 1990, *op. cit.*, p. 490.

¹⁴ Ainda que o *Serviço de Ensino Agrônomo* compreendesse, na 1a. República, inúmeras instituições ditas de ensino elementar agrícola - verdadeiros viveiros de mão-de-obra para fazendeiros e elas vizinhos - havia outras repartições do Ministério contempladas no seu orçamento com finalidade semelhante, como o *Serviço de Proteção aos Índios e Localização do Trabalhador Nacional* - beneficiado com 4,7% das verbas no período; os *Aprendizados Agrícolas* - com cerca de 2,5% delas e as *Escolas de Aprendizes Artífices* - 5,5%. MENDONÇA, *op. cit.*, p. 490.

¹⁵ A criação deste tipo de repartição remete ao fortalecimento dos grupos agrários que promoveram a implantação do MAIC, ocorrendo, em sua maioria, após o afastamento dos dois primeiros ministros, paulistas. O *Serviço do Algodão*, fundado em 1915 e transformado, posteriormente, em Superintendência, é um dos melhores exemplos dessa posição, lembrando que suas primeiras sedes localizaram-se nos estados do Rio Grande do Norte e Maranhão, multiplicando-se por todo o Nordeste em fins do período. MENDONÇA S.R. de "Estado e exclusão social no Brasil agrário" IN: *A Margem*, RJ, I (3): 16-25, nov., 1993.

principais modalidades de atuação consistiram na distribuição ou venda, a preço de custo, de mudas e sementes selecionadas¹⁶, utensílios, insumos agrícolas, bem como folhetos e livros encarregados de difundir os preceitos da *agricultura científica* junto aos produtores, dos quais os mais beneficiados foram os pecuaristas gaúchos e os grandes cotonicultores do Nordeste.¹⁷ Já no que tange à *lavoura branca*, a ação pública visaria aos produtores de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul onde concentravam-se imigrantes na condição de pequenos proprietários, sugerindo a associação entre produção de gêneros e pequena exploração.

O MAIC empenhou-se, igualmente, na criação de pequenos centros de difusão tecnológica e assistência ao agricultor: os *campos de demonstração/cooperação*; *postos zootécnicos*; *fazendas-modelo*; *estações de monta e inspetorias agrícolas*, todos presididos pela lógica pedagogia pelo exemplo. Imbricada a tais práticas, encontrava-se a ampliação da presença do Estado junto ao espaço agrário, já que a maioria dessas instituições seria implantada em boa parte das unidades da federação, como no caso das *Inspetorias Agrícolas*, existentes em cada estado, efetivos elos de intermediação entre os proprietários regionais e o Ministério, responsáveis pela implementação concreta das diretrizes gerais da Pasta.¹⁸ Além destas, seriam criadas delegacias

¹⁶ É importante reter, no caso da distribuição de sementes e mudas, o aspecto impositivo embutido em tais práticas, uma vez que a agência, ao descrever o que considerava problemas, prescrevia soluções normatizadoras, como no caso da determinação dos tipos de cultivo a serem implementados, que não ficavam a cargo dos usuários. Ilustra essa tendência o avultamento das distribuições de sementes de algodão, forrageiras, milho, arroz e feijão.

¹⁷ O *Serviço do Algodão*, criado em 1915 e desativado dois anos após, por pressão dos cotonicultores paulistas, seria reativado em 1920, face às demandas dos produtores nordestinos, aos quais continuaria a beneficiar diretamente, sobretudo após o sucesso da iniciativa do governo de São Paulo no fomento à pesquisa de uma nova espécie, alternativa às tradicionais fibras fornecidas pelo Nordeste que se veria, dessa forma, excluído do abastecimento do maior parque têxtil do país. Já os pecuaristas do Rio Grande do Sul seriam contemplados com a maior concentração de postos zootécnicos do Ministério, bem como o maior volume de vacinas por ele distribuído.

¹⁸ Através do *Serviço de Fomento Agrícola*, criado em fins da década de 1910, o Ministério distribuiria sementes, mudas e material de propaganda a todos que se inscrevessem no *Registro de Lavradores e Criadores* do órgão. Sua viabilidade, no entanto, ficava a cargo das *Inspetorias Agrícolas* que, ademais, emprestavam máquinas para proprietários locais, desde que acompanhadas da assistência dos técnicos ministeriais. Outra modalidade de prestação de assistência técnica desenvolvida pelas *Inspetorias* foi o estabelecimento de campos de cooperação, mais afetos aos grandes proprietários. Mediante contrato com a agência, estes cediam de 3 a 5 hectares de suas fazendas para as demonstrações solicitadas, recebendo em troca os implementos e os especialistas necessários à

regionais de algumas Superintendências instaladas em 1920 - como as do Algodão, Cacau ou Sementes -, corroborando a tentativa de aumentar a esfera de atuação e controle do Estado, já que aos produtores beneficiados por qualquer serviço eram impostas algumas obrigações, como seu cadastramento junto ao *Registro de Lavradores e Criadores* do órgão.

Logo, ao longo da 1a. República, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, versão aparelhada da Sociedade Nacional de Agricultura junto à sociedade política brasileira, acabaria por converter-se em instrumento de extensão da ideologia do progresso ao campo, consolidando uma representação do Estado como portador de uma racionalidade e um saber imanescentes que legitimariam, não apenas sua intervenção "modernizadora", mas também a criação da necessidade de seus próprios serviços. O deslocamento da burguesia agrária paulista do epicentro do poder estatal em 1930 e a conjuntura internacional altamente desfavorável à maioria dos tradicionais produtos da pauta de exportações agrícolas brasileiras - sobretudo o café - desde 1929 até a Segunda Grande Guerra, imprimiriam reordenações políticas ao processo de permanente construção do Estado e o Ministério da Agricultura e Comércio não estaria imune a elas.

A POLÍTICA AGRÍCOLA NO PÓS-30: SUPORTES INSTITUCIONAIS DA AÇÃO.

Ainda nos marcos do governo provisório que se seguiu ao movimento de 1930, um grande rearranjo administrativo processou-se junto ao aparelho de Estado, respondendo a demandas de algumas das forças envolvidas com a urdidura do golpe, dando origem a dois novos Ministérios - o da Educação e Saúde e o do Trabalho Indústria e Comércio. Com isso, o antigo MAIC ficava privado de sua jurisdição sobre estes dois últimos domínios, restrito apenas às questões da agricultura propriamente dita.¹² Apesar dessa aparente "descontinuidade" administrativa, as grandes linhas de atuação do agora Ministério da

experiência. Nesse caso o MAIC colocava-se a serviço da grande propriedade no próprio espaço das unidades produtivas. Entre 1919 e 1920 beneficiaram-se com *campos de cooperação* sobretudo os fazendeiros mineiros, cearenses e fluminenses, com respectivamente, 34,5%, 11% e 8,5% dos contratos firmados. MENDONÇA *op. cit.*, 1990, pp. 450-5.

¹² Mesmo que adstrito sobretudo às questões agrícolas, o Ministério da Agricultura continuaria a abrigar uma Diretoria Nacional da Produção Mineral, ficando sob seu encargo promover as pesquisas geológicas, hidrográficas e petrolíferas. Cf. Decretos-leis n. 22.338, 22.380, 22.416 e 22.506/9.

Agricultura (MA) não sofreriam rupturas essenciais no pós-30, apenas aprofundando-se as diretrizes esboçadas no período anterior, como no caso da intensificação da diversificação produtiva e do incentivo à tecnicização da produção.²⁰

A diferença residiria, isto sim, no contexto histórico específico em que tais linhas de ação se recolocavam, o que lhes conferia uma nova qualidade, posto que agora, na nova conjuntura mundial inaugurada pela crise de 29, com a consequente queda nos preços de produtos agrícolas, a vital necessidade de **comprimirem-se as importações** em geral²¹ tornava ainda mais urgente a intervenção do Estado no sentido de propiciar aos proprietários rurais melhores condições para a colocação interna de seus produtos. Logo, a diversificação produtiva deixava de se uma alternativa para complexos agrários menos dinâmicos, para constituir-se em "**questão nacional**", construída à sombra de deficits da Balança Comercial a serem minimizados no concerto de uma economia mundial em crise. Isto equivale a sinalizar a ascendência da indústria brasileira enquanto mercado consumidor preferencial para a agricultura, acelerando o processo de subordinação desta àquela.

Ao mesmo tempo, o principal baluarte da economia agrário-exportadora brasileira entrava em derrocada: os preços do café, até então artificialmente manejados às custas de operações valorizadoras pontuais, deixavam de contar com horizontes de elevação possíveis, graças à própria superprodução, implicando na necessidade de uma intervenção permanente junto ao setor, materializada na criação do Instituto Brasileiro do Café - ainda com forte componente regionalista em seu comando - depois DNC. Centralizavam-se as decisões quanto ao tema, o que implicaria na perda relativa do poder de barganha política dos grandes cafeicultores paulistas.²² Inaugurava-se, também, no novo rearranjo do Estado brasileiro do pós-30, a prática da criação de autarquias especializadas em ramos ou setores produtivos - que, vinculadas diretamente ao Executivo, transformavam-se tanto em instrumentos de absorção dos conflitos intraclasse dominante pelo próprio Estado²³, quanto em veículos da nacionalização das decisões

²⁰ Cf. Relatório do Ministério da Agricultura (doravante RMA) 1932-1945 *passim*.

²¹ A esse respeito ver VILLELA A & SUZIGAN W. *Política do governo e crescimento da economia brasileira (1889-1945)* RJ IPEA/INPES 1973.

²² MUELLER *op. cit.* pp 279-80.

²³ Esses seriam os casos do Instituto do Açúcar e do Alcool, Instituto do Mate, Instituto do Pinho, Instituto do Sal, dentre outros.

²⁴ A esse respeito ver SOUZA M. C. Campelo *Estado e Partidos Políticos no Brasil* SP Alfa-Omega, 1977 sobretudo capítulo V.

econômicas, superando o embate regionalismo *versus* centralização política, típico do período.²⁵

Talvez por essa razão alguns autores minimizem a importância do Ministério da Agricultura, mesmo no pós-30, ao alegar que boa parte dos problemas vinculados à agricultura passavam ao largo da Pasta, resolvidos sem a sua intermediação.²⁶ No entanto, atentando para seu papel enquanto agência irradiadora de políticas econômicas do Estado, torna-se expressivo seu estudo nas décadas de 1930 e 1940, uma vez que, para além de versão estatizada da SNA, o MA passaria a contar com novos grupos de interesse em seus quadros. Dentre eles destacam-se aqueles vinculados à grande burguesia cafeeira paulista - derrotada no movimento Constitucionalista de 1932 e à qual era preciso prestar alguma compensação política -, sobretudo a partir da implantação da ditadura Estadonovista em 1937, quando seria nomeado para a Pasta o agrônomo e proprietário paulista Fernando Costa, vinculado à SRB.²⁷ Logo, a correlação de forças no seio do Ministério passaria por redefinições.

OS PARÂMETROS DAS NOVAS PRÁTICAS.

É diante da nova conjuntura interna e internacional que algumas frentes de atuação abriram-se ao MA, ainda que isto não tenha significado o abandono ou a ruptura com a orientação diversificadora definida desde 1909, mas sim seu aprofundamento e redirecionamento. Nesse sentido, três eixos de ação configuraram a política agrícola da Pasta ao longo das décadas de 1930 e 40: a) a fiscalização e padronização obrigatórias dos produtos agropecuários destinados à exportação e ao mercado interno; b) a centralização das diretrizes da pesquisa agrícola, com a criação do *Centro Nacional de Ensino e Pesquisa Agrônômica* (decreto-lei N. 982, de 23-12-38) e, finalmente, c) a subordinação de agências dos poderes públicos estaduais voltadas

²⁵ Cf. DRAIBE, S. *Rumos e Metamorfoses*. RJ, Paz e Terra, 1985.

²⁶ MUELLER, *op. cit.*, pp.306-7.

²⁷ Apesar de criada em 1919, como uma espécie de resposta às pretensões da SNA, a *Sociedade Rural Brasileira* sofreu reformulações em 1931. Originalmente integrada apenas por representantes da grande burguesia do estado de São Paulo, mormente pelos grupos de grandes colonizadores, pecuaristas, cafeicultores e industriais, ela conviveria, até este momento e de modo interativo, segundo LOVE, com outras duas entidades de classe regionais: a *Sociedade Paulista de Agricultura* e a *Liga Agrícola Brasileira*. Em 1931 ocorreria, justamente, a fusão das três numa nova e ampliada SRB. A este respeito, ver LOVE, J. *São Paul in Brazilian Federation*. Stanford, University Press, 1980, p.226.

para a agricultura ao Ministério, configurando a chamada política dos "acordos", que as transformaria, paulatinamente, em sucursais da Pasta.²⁸ Ao lado desta, uma quarta diretriz deve ser destacada, com a ressalva de não constituir-se propriamente em novidade, como será visto adiante: a cooperativização agrícola, que "deslancharia" após 1936.

A análise dessas linhas gerais da política agrícola pode ser empreendida a partir das reformas administrativas sofridas pelo Ministério entre 1933 e 1945, já que a remodelação de sua ossatura material traduziria, não só a ênfase às frentes de atuação mencionadas, como também a absorção das demandas de novos atores políticos. A primeira delas foi levada a cabo pelo segundo ministro da Agricultura do período, o ex-tenente e revolucionário histórico, Juarez Távora.²⁹ Seu escopo principal consistiu numa reordenação dos Serviços e Diretorias autônomos herdados da República Velha, reagrupados, a partir de março de 1934, junto a três departamentos centralizados: o *Departamento Nacional de Produção Animal* (DNPA), o *Departamento Nacional de Produção Vegetal* (DNPV) e o *Departamento Nacional de Produção Mineral* (DNPM).³⁰ À parte dos Departamentos Nacionais e subordinadas diretamente ao Ministro, foram criadas três novas diretorias, estratégicas à implementação de seus objetivos: a DODP (*Diretoria de Organização e Defesa da Produção*) - encarregada da cooperativização agrícola, cerne da política agrícola nessa gestão; a *Diretoria de Estatística da Produção* - presidida pelo princípio de que "conhecer é controlar"³¹, além da

²⁸ O caso mais tumultuado deste tipo de acordo foi aquele que envolveu a subordinação do Departamento de Assistência ao Cooperativismo (DAC) de São Paulo ao Ministério. Tendo à sua frente o agrônomo esalquiano Luiz Amaral, ferrenho opositor da intervenção do Ministério da Agricultura junto a cooperativas agrícolas, posto considerar a matéria da competência dos executivos regionais, AMARAL moveu, entre 1931 e 1937, intensa campanha de combate ao Ministério, somente encerrada quando de sua exoneração do cargo de diretor, justamente mediante o convênio de 1938 que transformou a agência numa delegacia regional do MA. Cf. MENDONÇA, S.R. de "Estado e Controle Social no Campo: o cooperativismo agrícola no Brasil (1930-1945)" Relatório Final de Pesquisa ao CNPq, Set., 1995, pp. 80-3.

²⁹ A nomeação do ex-tenente dos movimentos da década de 1920, revolucionário histórico do movimento de 30 e vinculado às "oligarquias" tradicionais do Nordeste, Juarez Távora, para o Ministério da Agricultura, teria significado a incorporação de um quadro dirigente específico do governo provisório, expoente liderança do Club 3 de Outubro, porta-voz dos militares e nome estratégico para a consolidação das alianças políticas com aquela região, com vistas à Assembleia Nacional Constituinte. Cf. SILVA, H. *A crise do tenentismo*. RJ, Civilização Brasileira, 1968, p. 64.

³⁰ Cada uma dessas Diretorias, de uma maneira geral, aglutinou os serviços herdados da Primeira República, enfeixados por domínio de atuação, excetuando-se o *Serviço de Povoamento e Colonização*, extinto no período.

³¹ RMA, 1934, p. 27.

Diretoria de Expediente e Contabilidade.³² Nas palavras do titular da Pasta e coerentemente com as propostas militares do *Club 3 de Outubro*, a defesa do chamado *dirigismo econômico* era imperiosa, uma vez que "*constitui crime de lesa pátria o destemor e o descaso com que trem sido legada a plano secundário o conjunto da administração nacional. Urge que reajamos contra este verdadeiro saque às riquezas naturais do país*".

Foi também a Reforma Távora que inaugurou a prática dos "convênios" com as administrações estaduais, pela qual os serviços técnicos agrícolas de âmbito regional seriam obrigados a adotar, em sua respectiva área de atuação, as diretrizes centrais. Em contrapartida, a Pasta entraria com uma verba correspondente ao dobro da dotação orçamentária estadual destinada ao respectivo serviço. Em sua gestão, compreendida entre fins de 1932 e meados de 1934, celebraram-se acordos deste tipo com órgãos estaduais voltados à fruticultura, plantas têxteis, defesa sanitária animal e organização da produção.³³ Esta modalidade claramente centralizadora de intervenção provocaria inúmeros conflitos interburocráticos e intraclasse dominante agrária, mormente em função de dois aspectos específicos. Por um lado, seu enfrentamento direto aos interesses da cafeicultura paulista, mediante a criação, junto ao Ministério, do *Serviço Técnico do Café* (1933) que transferiu "*a parte verdadeiramente agrícola dos trabalhos a cargo do Departamento Nacional do Café para o Departamento Nacional da Produção Vegetal, visto que a este, de fato, competiam as atribuições erradamente conferidas àquele*".³⁴ Por outro, a agressiva política de cooperativização adotada - visando a formação de representantes classistas que pudessem atuar junto ao processo político-partidário do período - que era calcada em premissas sindicalistas e contrária aos interesses tanto da própria SNA ainda predominante junto ao Ministério, quanto aos da grande burguesia paulista articulada ao Departamento de Assistência ao Cooperativismo (DAC/SP) da Secretaria de Agricultura,

³² RMA, 1933-4 p. 5 e ss.

³³ Id. Ibid., p. 18.

³⁴ RMA, 1934 pp. 10 e 77. Os primeiros estados a convencionarem-se com o MA foram Sergipe e Minas Gerais (no tocante a defesa do algodão); Paraíba e São Paulo (quanto a Vigilância Sanitária Vegetal); e Rio Grande do Norte (para promover a Defesa Sanitária Animal).

³⁵ RMA, 1934 p. 24.

sem falar naqueles alocados junto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.³⁶

De forma aparentemente contraditória, os conflitos assim agudizados, seriam amortecidos pela incorporação de representantes da grande burguesia paulista aos quadros ministeriais, como no caso de Edmundo Navarro de Andrade - Secretário de Agricultura do Estado de São Paulo (1930-31), dirigente da Sociedade Paulista de Agricultura e sócio da SRB - indicado para titular do DNPV entre 1932-33, Arsene Puttermans, ex-diretor e catedrático da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), nomeado em 1934 para o *Instituto de Biologia Vegetal* do mesmo Departamento ou ainda Carlos de Souza Duarte, fazendeiro paulista, agrônomo esalquiano e alto funcionário da Secretaria estadual de Agricultura, indicado para diretor do Serviço de Fomento da Produção vegetal entre 1931 e 1934, futuro ministro interno da Pasta no lugar de Fernando Costa entre 1941-42.³⁷

A segunda reforma ministerial de monta ocorreu entre 1938-39, na gestão do citado Fernando Costa, perrepista histórico, agrônomo esalquiano, ex-secretário de Agricultura de São Paulo (1924-30), presidente do Departamento Nacional de Café (1935-6), fazendeiro e industrial do ramo têxtil, além de sócio emérito da SRB. Demonstrando a importância estratégica da cooptação política desse tipo de quadro, a nomeação de Costa ratificava o papel a ser desempenhado pelo Ministério da Agricultura na redefinição da correlação de forças do governo Vargas: o de articulador/minimizador de conflitos intraclasse dominante agrária. Para além da competência técnica e administrativa do novo titular da Pasta, importa ressaltar o destaque que atores sociais antes marginalizados do órgão federal ganhariam no pós-30, já que inscreviam na materialidade da agência não apenas interesses dos grupos específicos de que se faziam porta-vozes, como também seus respectivos *staffs*, provenientes de administrações estaduais anteriores.³⁸

³⁶ Devido à sua proposta de atrelamento da cooperativa agrícola aos sindicatos, num claro viés corporativista. Távora e o então diretor para este serviço Custódio Sarandy Raposo, sofreriam oposição da "frente unida" dos defensores do chamado - por contraposição ao *sindicalismo cooperativista* - *cooperativismo livre*, que integrou, até mesmo, antigos antagonistas "de véspera", como o diretor do DAC:SP Luiz Amaral, os líderes doutrinários do cooperativismo no Brasil e funcionários do Ministério desde 1923, Saturnino de Brito e Fábio Luz Filho, além de Oliveira Vianna, então Assessor Jurídico do Ministério do Trabalho, ao qual estava afeta a matéria sindical. A esse respeito ver MENDONÇA, *op. cit.*, 1995, pp. 47-9.

³⁷ RMA, 1932-33 e 1934 RMA, 1941.

³⁸ Ao ser nomeado para o Ministério Fernando Costa levou consigo boa parte do *staff* que o assessorara quando de sua gestão como Secretário de Agricultura de São Paulo, como

A reforma Fernando Costa contou com três linhas-mestras: a) a manutenção dos Departamentos Nacionais criados na gestão anterior; b) a criação de novos órgãos que, destes desvinculados, garantiriam ao ministro o controle direto sobre áreas de ação requalificadas como prioritárias e, finalmente, c) o avanço do processo de centralização/nacionalização das decisões econômicas em matéria de agricultura em geral, mediante a extensão, a todas as regiões do país, de sucursais do Ministério. Isto ocorreu com os Serviços do *Fomento da Produção Vegetal* (um por estado), as *Inspetorias de Defesa Sanitária Animal* (num total de 7, redefinindo-se o próprio conceito de "regiões" do país) e de *Defesa Sanitária Vegetal* (num total de 8, dentro do mesmo espírito), além das *Inspetorias Agrícolas* estaduais (decreto-lei 982 de 23 de dezembro de 1938).³⁹ Quanto aos novos órgãos criados foram eles em número de seis: o *Centro Nacional de Ensino e Pesquisa Agrícola* (CNEPA)⁴⁰ o *Serviço de Publicidade Agrícola* (SPA) - transformado, em 1940, em *Serviço de Informações Agrícolas*, que operou em íntima conexão com o *Departamento de Imprensa e Propaganda* (DIP) na produção de material de difusão, sobretudo filmográfico, o *Serviço de Economia Rural* (SER) - substituto da extinta DODP da gestão Távora, ao qual passaram a estar afetas duas atribuições centrais da política agrícola do período, quais sejam a implantação e registro de cooperativas agrícolas e a padronização de todos os produtos da

por exemplo José de Mello Moraes - diretor da ESALQ entre 1927 e 1944 e futuro Secretário da Agricultura do estado (1943-45) - tornado diretor geral do CNEPA (1938-1942); Franklin Viegas, agrônomo esalquiano, guindado ao posto de diretor da Divisão de Fomento da Produção vegetal entre 1938-41; o já citado Carlos de Souza Duarte, confirmado agora no cargo de diretor geral do DNPV, dentre outros.

³⁹ A implantação de sucursais regionalizadas do Serviço do Fomento da Produção Vegetal teve como caso paradigmático da Secretaria de Agricultura de São Paulo, uma vez que as atribuições correspondentes ao Serviço eram, até então desempenhadas pelo Instituto Agrônomo de Campinas, delas despidido em prol do recém-criado *Departamento da Produção Vegetal* ao qual passaria a subordinar-se, deixando de contar com orçamento próprio. Curiosamente, alguns autores referem-se a este fato como marco de uma "crise de identidade" no Agrônomo, desconsiderando o contexto mais amplo de reconfiguração do Estado brasileiro aí em curso, no rumo da nacionalização das decisões. A esse respeito ver ALBUQUERQUE, R. Et alii. "O Setor Público de Pesquisa Agrícola no Estado de São Paulo". Campinas, IE/UNICAMP, Relatório de Pesquisa no. 3, Maio, 1985, pp. 22-5.

⁴⁰ Integravam o CNEPA o *Departamento de Ensino Agrônomo*, o *Instituto de Química Agrícola*, o *Instituto de Experimentação Agrícola* e o *Instituto de Ecologia Agrícola*, acrescidos, após 1940, ainda sob a mesma gestão, do *Instituto Nacional de Óleos*, do *Laboratório Central de Enologia*, do *Laboratório Central de Fibras*, do *Instituto de Fermentação* e do *Instituto Agrônomo do Norte* (RMA, 1939, pp. 23 e ss; RMA, 1941, p. 245 e RMA, 1943, p.192)

agrícolas para a exportação⁴¹ - e, finalmente, o *Serviço Florestal* (integrado pelos setores de Reflorestamento e de Hortos do DNPV). A partir de 1939 foram implantados também os *Cursos de Aperfeiçoamento e Extensão (CAEs)* - destinados à qualificação e reciclagem de todo o funcionalismo do Ministério, obrigado, desde o decreto-lei N. 23.196 de 1933, a ser diplomado em agronomia⁴² - e a *Divisão de Terras e Colonização*, extinta pela gestão Távora e reimplantada, junto ao DNPV.

O CNEPA imediatamente transformou-se na "menina dos olhos" da nova administração, louvado por todos os sucessores de Costa na Pasta. Concebido como um grande pólo de irradiação científica, ele implicaria em obras vultosas no período, realizadas no Km 47 da Rodovia Rio-São Paulo, logo denominado "cidade agrônômica".⁴³ A ele caberia "*orientar, dirigir e coordenar todas as pesquisas que visem a Individualização dos fatores naturais e artificiais da produção agrícola, bem como aumentar e melhorar o rendimento das plantas cultivadas, modificando, no sentido positivo, o meio físico e criando, mediante seleção e cruzamento, os tipos das diferentes variedades de plantas cultiváveis, particularmente adaptáveis às diferentes regiões*".⁴⁴ O CNEPA determinaria as diretrizes a serem seguidas pelas instituições de pesquisa e experimentação agrícola já existentes no país, cujas iniciativas, até então autônomas e regionalizadas, deveriam enquadrar-se aos ditames do órgão. Não por acaso, verificou-se um crescimento expressivo, quantitativa e qualitativamente falando, do número de estabelecimentos de experimentação agrícola ligados ao Ministério, que passou de um total de 15 para 36, entre 1938 e 1940. Todos eles, ademais, voltaram-se para um leque de produtos bem mais vasto do que aquele predominante na 1ª. República, demonstrando a preocupação em estender-se os benefícios da pesquisa agrícola a segmentos variados da classe proprietária. Assim, além de cereais, algodão e cana em geral, passou-se a contar com estações experimentais de café (SP); cítricos (RJ, DF e estados do Nordeste em geral); trigo (RS, SP, PR, SC e

⁴¹ A padronização e o estabelecimento de tipos comerciais operavam com duas grandes subdivisões, "matérias-primas" e "produtos para alimentação", estando o SER dotado de um Posto de Padronização por estado, segundo legislação específica, i.e., o decreto-lei No 334 de 15-03-1938.

⁴² O decreto-lei n. 23.196 estabelecia, em seu artigo 3º que "os funcionários públicos federais, estaduais e municipais que, posto não satisfaçam as exigências dos artigos 1 e 2, estiverem, à data deste decreto, exercendo cargos ou funções que exijam conhecimentos técnicos de agronomia, poderão continuar no respectivo exercício, mas não poderão ser promovidos ou removidos para outros cargos técnicos" (CLB, 1933, p. 13).

⁴³ Boletim do Ministério da Agricultura, doravante BMA, 1940, p. 133.

⁴⁴ Coleção de Leis do Brasil, doravante CLB, 1938, p. 328.

MG); vinho (RS, SC e MG); fumo (BA e MA) e fibras têxteis das mais variadas espécies (PE, RN, PB, CE, AL, BA, SE).⁴⁵ Além disso, foram fundados em 1939, três Laboratórios de Fibras - um Central, situado no Maranhão, e dois regionais, sediados no Rio de Janeiro e em João Pessoa -, bem como uma estação experimental de frio (Rio Grande do Sul) e o Instituto Agrônômico do Norte.⁴⁶

Como se percebe, a atuação do Ministério da Agricultura no pós-30 orientou-se pelo aprofundamento da diversificação agrícola do país, entendida quer no tradicional sentido do abastecimento interno, quer no da ampliação **da pauta das exportações brasileiras**, aqui sim, revelando-se certa descontinuidade quanto ao período anterior. Ainda que cientes de que a grande maioria dos produtos agrícolas exportáveis enfrentavam uma conjuntura pouco favorável desde a crise de 1929 - à exceção do algodão, cujo *boom* situou-se entre 1937-39, beneficiando sobretudo o produto paulista - importa destacar o empenho dos gestores da política agrícola ministerial em buscar alternativas para este quadro, bem como para a urgente compressão das importações brasileiras. Neste sentido, não só destaca-se o cuidado da agência para com o algodão, - particularmente favorecido pela liberação das exportações para a Alemanha - materializado na busca de padronização dos tipos exportáveis, mas também com outros artigos de boa cotação no mercado internacional, além dos gêneros alimentícios, fatalmente valorizados pelo "esforço de guerra".

A esse respeito são constantes na documentação ministerial, as menções a acordos comerciais, sobretudo com os Estados Unidos, que beneficiavam com tarifas preferenciais a importação de óleos e sementes vegetais brasileiros⁴⁷, englobando desde o de babaçu até a torta de mamona.⁴⁸ O próprio Fernando Costa faz questão de valorizar o aumento do volume total de óleos vegetais exportados pelo país, que passara de 19.400 toneladas, em 1932, para 102.800 t. em 1938. E isto após fala incisiva sobre a importante diversificação da produção agrícola exportável, com ênfase para as fibras alternativas oriundas do Nordeste - licurizeiro, ramí, copaíba, piquiá, unicuri, etc -, e determinadas matérias-

⁴⁵ RMA, 1940, pp. 59 e ss.

⁴⁶ Vazado nos moldes do Instituto Agrônômico de Campinas, o Instituto Agrônômico do Norte estaria diretamente subordinado ao Ministro, voltando-se para a pesquisa especialmente destinada aos produtos típicos da região. BMA, 1939 p. 322

⁴⁷ BMA, outubro, 1942, p. 6

⁴⁸ BMA março, 1943 p. 98. BMA set. 1944, p. 57

primas, como a andiroba, por exemplo, imprescindíveis à indústria internacional, no caso, a de tintas.⁴⁹

Mas não só com vistas ao mercado internacional aprofundou-se a política diversificadora do pós-30: a indústria nacional seria também um poderoso incentivo à agricultura. Segundo um relatório ministerial,

"se o industrialismo ganha terreno, num país do tipo do Brasil, o progresso econômico financeiro depende da resistência e da organização das fontes da produção rural. Assim se explica por que a produção agropecuária necessita ser protegida e orientada, executando-se uma política rural que não deverá competir apenas ao Governo Federal, mas também às administrações estaduais e municipais. (). Calcula-se que as indústrias nacionais, em 1939, tenham consumido mais de 5 milhões de contos e, desses, adquiridos nos mercados internos, mais de 4 milhões. Logo, **do progresso da indústria dependerá o consumo crescente das matérias-primas oriundas da terra**. É preciso, entretanto, que as regiões produtoras de matérias-primas sofram a influência da técnica e aperfeiçoem suas produções" (RMA, 1939, pp.39-40, grifos do autor).⁵⁰

Sem dúvida alguma, o Ministério da Agricultura viria a ser um coadjutor expressivo do processo de subordinação da agricultura à indústria no país.

POLITIZAÇÃO E NACIONALIZAÇÃO

Se as linhas gerais e os interesses imbricados à política agrícola brasileira do período 1930-45 podem ser depreendidas das reformas administrativas sofridas pelo Ministério da Agricultura, resta considerar os recursos de que dispôs para implementá-la. Sabe-se que ao longo da 1a. República, o então MAIC contara com apenas algo em torno de 5,6% a.a. do orçamento geral da União, constituindo-se na penúltima verba do Executivo àquela época.⁵¹ Com a recomposição dos quadros da agência, mediante a absorção de porta-vozes da grande burguesia paulista, seria de supor uma elevação das verbas ministeriais capaz de dar suporte às suas diretrizes. Não foi exatamente este, no entanto, o resultado apurado pela pesquisa, como pode ser depreendido do Quadro I a seguir.

⁴⁹ BMA, Dez., 1939, pp. 130-9.

⁵⁰ Segundo-se a esta fala, o ministro refere-se ao dez principais artigos da pauta de exportações brasileira: café, algodão, cacau, couros e peles, laranja, carne, cera de carnaúba, mamona, fumo e tortas oleaginosas (RMA, 1939, p. 41).

⁵¹ MENDONÇA, S. R. *op. cit.*, 1990, p. 490.

QUADRO I - BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO POR MINISTÉRIOS (1931 - 1945)

(CR\$ 1.000)

Ministério	Anos							
	1931	1933	1935	1937	1939	1941	1943	1945
Viação	477 156	409 129	645 2442	775 251	994 617	1 091 304	901 620	867 927
Fazenda	487 380	746 385	443 027	1 078 537	1 238 753	1 208 759	1 297 639	2 668 000
Guerra	311 237	329 514	473 318	657 712	780 699	807 674	1 008 394	1 577 765
Marinha	160 946	164 972	273 043	240 007	297 561	330 743	417 264	616 224
Aeronaut.							375 269	619 950
Justiça	85 411	95 365	114 730	132 356	148 311	204 280	292 911	427 724
Ed./saude	80 449	77 418	191 301	341 384	305 672	320 244	414 408	595 700
Agricult.	42 623	39 314	82 079	94 435	127 378	143 164	215 862	311 355
Trabalho	14 296	18 212	30 688	58 548	112 175	170 411	191 200	315 627
Rel. Ext.	12 411	15 347	59 521	47 628	60 810	63 298	76 000	85 428
Total	1 602 334	1 895 739	2 731 380	3 218 466	4 070 969	4 209 417	5 270 160	8 232 399

FONTE: BRASIL. ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO (1931-1945).

O Ministério da Agricultura continuaria ocupando um lugar subalternizado no tocante à dotação orçamentária, passível de indicar, à primeira vista, um descompasso entre o discurso veiculado e as práticas efetivadas. De fato, embora não mais com o penúltimo lugar, a Pasta oscilava entre a sétima e oitava posição no "ranking" das verbas destinadas aos ministérios, somente voltando para a penúltima colocação entre 1944-45, quando superado pelo recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Considerando-se, no entanto, a progressão crescente do orçamento como um todo posteriormente a 1930, pode-se inferir que, em termos brutos, os recursos de que dispôs o MA, na nova conjuntura, foram proporcionalmente superiores àqueles com que contara no período anterior.⁵² Transformando-se as verbas destinadas à agricultura constantes do Quadro I em índices, verifica-se que elas saltaram de 100 (tomando-se 1931 como ano-base), para 299 em 1939 e 750 em 1945.

Tão ou mais importante do que considerar o montante de recursos do Ministério da Agricultura no período, é verificar como foi ele distribuído entre suas principais repartições, para o que elaborou-se o QUADRO II, que se segue.

⁵² A veracidade da afirmativa pode ser aquilatada comparando-se, por exemplo, as dotações do Ministério nos anos de 1910 e 1924, quando foi ele contemplado, respectivamente, com Cr\$ 17.224,00 e Cr\$ 36.439,00. MENDONÇA, *op. cit.*, 1990, p. 464

QUADRO II - MINISTERIO DA AGRICULTURA: DISTRIBUIÇÃO INTERNA DAS DESPESAS PELOS PRINCIPAIS SERVIÇOS (1937-45)⁵³

(%)

Anos									
Serviço ⁵⁴	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945
DNPA	21,9	24,7	11,1	14,1	9,7	13,3	12,2	14,2	16,5
DNPV	66,4	39,3	37,9	18,5	16,5	14,3	18,0	26,9	23,4
DNPM	10,1	10,9	8,8	14,7	13,3	10,4	9,5	11,7	10,8
DEP	0,1	3,3	1,3	0,6	0,3	0,2	-	0,3	0,4
DODP	0,2	-	1,4	-	-	-	-	-	-
CNEPA	-	-	-	11,9	18,0	24,2	17,5	17,8	22,6
SER	-	-	-	1,8	1,2	1,1	1,3	1,1	1,2
SEAV	-	-	-	6,8	7,7	8,9	6,3	10,3	11,5
ENV	-	-	-	0,5	-	-	-	-	-
CAES	-	-	-	0,4	0,6	-	-	-	-
SIA	-	-	-	2,5	0,9	2,7	-	2,3	1,2
Outros ⁵⁵	1,3	39,5	28,2	28,2	31,8	24,9	35,2	15,4	12,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO (1937-45).

O Quadro demonstra, de imediato, uma continuidade flagrante com o padrão de aplicação de recursos vigente durante a 1ª República, apenas com sinais ligeiramente invertidos: enquanto neste período o principal beneficiado fora o *Serviço da Indústria Pastoril*, seguido pelo de *Inspecção e Fomento Agrícola*, no pós-30 predomina, de forma absoluta, o *Departamento Nacional da Produção Vegetal*, ao menos até 1940, o que é de todo coerente com a diretriz diversificadora apontada. Coerente também é o fato de a ele seguir-se, quanto à participação percentual, o *Departamento de Produção Animal*, longinquamente secundado pelo de *Produção Mineral*. Somente a partir de 1940, tendo em vista a reforma Fernando Costa, é que se observam alterações significativas neste

⁵³ O Quadro não contempla o período anterior a 1937 uma vez que o Orçamento do Ministério era ainda organizado ou a partir da relação de Serviços herdados da República Velha - entre 1930-34- ou tão somente a partir das dotações dos três grandes Departamentos Nacionais criados pela reforma Juarez Távora, o que conferiria à série grande heterogeneidade, além de pouco acrescentar em termos explicativos.

⁵⁴ DNPA - Departamento Nacional da Produção Animal; DNPV - Departamento Nacional da Produção Vegetal; DNPM - Departamento Nacional da Produção Mineral; DEP - Departamento da Estatística da Produção; DODP - Diretoria de Organização e Defesa da Produção; CNEPA - Centro Nacional de Ensino e Pesquisa Agronômica; SER - Serviço de Economia Rural, criado em 1938, em substituição à DODP; SEAV - Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário; ENV - Escola Nacional de Veterinária; CAES - Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização; SIA - Serviço de Informação Agrícola.

⁵⁵ Este item engloba divisões de pequena expressão percentual na distribuição do orçamento do MA, bem como algumas subseções das Diretorias principais, tais como o Setor de Expediente ou ainda o Serviço de Fruticultura do DNPV.

padrão de distribuição, passando a despontar como pólo expressivo da alocação de recursos o já citado CNEPA, afirmado como principal beneficiário até 1943, quando decaiu ligeiramente, apesar de persistir como a segunda maior verba interna da Pasta, o que traduziu, na concretude, a ênfase à pesquisa e experimentação agrícolas enquanto prioridades da política diversificadora do Ministério. O DNPV, entretanto, não deixaria de disputar o posto de segunda verba ministerial, voltando a liderá-la nos três últimos anos da série que, não casualmente, correspondem ao final da 2a. Guerra. O DNPA, por seu turno, ocuparia com constância a terceira posição neste quadro, denotando certa perda de prestígio político dos grupos de interesse vinculados à pecuária, se comparada com o papel ocupado pelo *Serviço de Indústria Pastoril* na 1a. República. Já o *Serviço de Informação Agrícola*, tão destacado nas falas oficiais como poderoso coadjutor das práticas do Ministério, comparece com uma participação percentual modesta, oscilando entre 2,5% e 1,2% entre 1940 e 1945. Tentando cruzar tais informações com outras mais específicas, relativas aos gastos com material do Ministério, construiu-se o Quadro III.

QUADRO III - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA: DISTRIBUIÇÃO INTERNA DAS DESPESAS POR RUBRICAS (1938 - 1945) (%)

RUBRICA	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945
Anim p/ remonta e trab	5,2	4,6	4,1	4,4	3,2	3,8	2,8	4,8
Viaturas, Tratores	21,6	4,2	7,1	7,6	6,0	3,0	2,9	5,4
Public. / Impresões	5,3	2,7	5,5	5,0	6,7	7,8	1,7	1,4
Máq., Instr, Utens.	16,3	25,4	30,0	19,7	18,8	10,3	16,0	13,0
Mat. Foto filmagem	0,2	2,4	1,9	2,6	3,5	-	-	-
Mat. Campo	5,3	0,7	1,5	0,9	1,2	0,9	0,9	0,6
Adubos, fungicidas	2,5	2,7	2,6	2,4	2,3	-	7,1	6,4
Material escolar/Ed	4,5	5,3	5,8	5,4	6,5	5,2	4,8	2,9
Combustível./ peças	6,8	7,3	5,1	4,9	6,5	7,3	6,8	6,3
Forragem/ Aliment.	3,4	4,0	2,8	2,9	2,8	2,9	4,2	5,1
Alimentação	8,3	8,0	3,9	4,4	4,2	5,4	5,7	4,5
Material p/ Lab. e Transform.	5,3	5,2	5,0	15,2	11,2	18,8	13,8	16,0
Produtos Químicos para Laboratório	1,9	4,0	3,6	3,9	4,9	8,0	7,1	6,3
Sementes e Mudas	0,4	6,8	6,0	6,5	6,3	7,3	6,2	6,7
Acondicionam, Armaz. e Transporte	6,6	6,9	4,3	3,8	5,2	5,9	5,0	4,7
Passagens	1,1	0,7	6,0	6,2	6,0	7,2	5,3	4,5
Reparos	-	6,9	4,3	3,3	4,7	6,2	9,7	11,4
Mat., Vac/Soro	5,3	2,2	0,3	0,9	-	-	-	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO (1937-45)

O Quadro III reforça aspectos interessantes acerca da política do Ministério da Agricultura. A começar pela rubrica que, de modo mais constante, emerge como a principal participante das despesas gerais: "*Máquinas, ferramentas e utensílios*", elemento chave da diretriz diversificadora/modernizadora da Pasta, baseada tanto na venda, empréstimos e doações desse tipo de bens, quanto na difusão de seu uso por intermédio de uma instituição paradigmática: os *campos de demonstração*, analisados adiante. Em ambos os casos, o MA atuava como propagandista de uma industrialização para a agricultura - quando de fato expandia-se uma agricultura industrializada -, vulgarizando marcas e produtos, nacionais e importados, que julgasse oportuno para a pretendida modernização agrícola, agora nomeada como *ruralização da economia*.⁵⁶

Dois outros destaques do Quadro III são as rubricas "*Material para Laboratório e Transformação*" e "*Acondicionamento, Transporte e Armazenamento*". No primeiro caso, revela-se o crescente aparelhamento do Ministério para as atividades de pesquisa, análises e experimentação, mormente após 1940, quando a verba ascende de modo significativo, coincidindo com a instalação do CNEPA e a busca do aprimoramento da qualidade comercial da produção agrícola brasileira, haja vista as inspeções e análises realizadas pelas sucursais dos Departamentos de Inspeção dos Produtos de Origem Animal (DIPOA) e de Origem Vegetal (DIPOV) implantadas em todo o país, com vistas ao controle e visitação sistemática a propriedades rurais e fabricas.⁵⁷ A guisa de ilustração, basta citar que o número de estabelecimentos de frigorificação e laticínios inspecionados pelo DIPOA, passou de um total

⁵⁶ BMA, set., 1943, p. 197.

⁵⁷ Fundada em 1938 a DIPCA, integrante do DNPA, contava com 7 Inspetorias englobando todo o país, sediadas respectivamente em Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Barretos (SP) e Porto Alegre. Cada uma delas gozava de jurisdição sobre uma dada região administrativa. A primeira, por exemplo, englobava os estados de Amazonas, Acre, Pará, Mato Grosso e parte de Goiás; a segunda, os estados do Maranhão, Piauí e Ceará; a terceira, Pernambuco, Alagoas, Rio do Norte e Paraíba; a quarta, Bahia, Sergipe e parte de Minas; a quinta, São Paulo, Paraná, parte de Goiás e o Triângulo Mineiro; e a sétima, os estados de S. Catarina e Rio Grande do Sul. Por tal definição, percebe-se a nítida tentativa de superar-se o recorte estritamente regionalista com base em unidades da federação, representando um avanço do processo de nacionalização das decisões já apontado. O mesmo espírito presidia a distribuição das Inspetorias regionais do DIPOV, em número de 08, sediadas em Belém, Recife, Salvador, Santos, Rio de Janeiro, São Francisco (S. Catarina), Porto Alegre e Paranaguá (PR). É nítido perceber que, enquanto as Inspetorias do primeiro Departamento privilegiavam áreas do Nordeste, as do segundo concentravam-se, em sua maioria, no Centro-Sul.

de 736, em 1938, para 1.252, em 1943.⁵⁸ O projeto de centralização das decisões e descentralização das práticas do Ministério avançava, importando ressaltar que a obrigatoriedade de registro junto às distintas seções e órgãos estendeu-se, não apenas aos estabelecimentos industriais, como também a abatedouros, viveiros de plantas citricas para mercado externo e firmas exportadoras de frutas, estes dois últimos controlados pelo recém-criado *Serviço de Frutas Cítricas* do DIPOV (decreto-lei n. 346-A, de 23 de março de 1938).

Quanto à terceira rubrica citada, embora não revelando qualquer aumento expressivo ao longo do período, destaca-se por sua relativa constância em termos de participação percentual, traduzindo o empenho do Ministério no estabelecimento de **tipos comerciais padronizados** dos mais diversos produtos agro-pecuários, seguindo o disposto pelo decreto-lei no. 334 de 15 de março de 1938, proposto pelo Conselho Federal de Comércio Exterior.⁵⁹ A intervenção padronizadora ficava a cargo do *Serviço de Economia Rural* (SER), uma das mais ativas divisões do órgão federal, em colaboração com o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Um de seus resultados foi a configuração de um total de 27 produtos já padronizados no ano de 1939, que passariam para 46 em 1943. Ademais, vale lembrar que, mediante tal expediente, o Estado chamava a si atribuições antes afetas às Bolsas de Mercadorias, golpeando-as em algumas de suas prerrogativas. Logo, ainda que a padronização obrigatória dos produtos exportáveis brasileiros fosse uma antiga reivindicação de grupos de interesses tão distintos quanto a SNA ou a *União dos Lavradores de Algodão de São Paulo* (ULA)⁶⁰, o **Ministério as atenderia, porém chamando a si a tarefa de definir e classificar os tipos, disseminando-os a nível nacional**⁶¹ e sobrepondo-se aos regionalismos.

Quanto à distribuição de sementes e adubos, suas verbas revelaram-se estáveis no pós-30, com ligeira vantagem para o crescimento daquelas destinadas ao último item entre 1943 e 1945,

⁵⁸ RMA, 1939, p. 264 e 1943, p. 27

⁵⁹ Segundo o texto legal "fica estabelecida a classificação e fiscalização compulsória dos produtos agrícolas e pecuários e das matérias-primas destinados a exportação para o estrangeiro, visando a sua padronização" CLB, 1938, p. 456

⁶⁰ A Classificação e Padronização da produção agrícola exportável era uma antiga demanda tanto da SNA - mais preocupada com o estabelecimento de tipos dos mais variados produtos - quanto da SRB ou mesmo da União dos Lavradores de Algodão de SP - mais voltados para a produção de matérias-primas para a indústria têxtil haja vista serem muitos de seus dirigentes, simultaneamente fazendeiros e industriais

⁶¹ Em 1938 e 1945, o SER classificou, respectivamente 39.400 e 60.580 toneladas de algodão

quando a dotação média da rubrica triplicou. Vale a pena verificar a tradução concreta desse tipo de prática fomentista, observando as principais regiões por ela beneficiadas, conforme o Quadro IV, a seguir.

QUADRO IV: MA SEMENTES DISTRIBUÍDAS POR ESTADO (1934-43)*

ESTADO	1934	1939	1943	TOTAL
AC	-	13,0	6,4	19,4
AM	-	2,3	6,4	8,7
PA	19,5	704,0	135,5	859,0
MA	-	89,0	120,6	209,6
PI	-	2,5	61,0	63,5
CE	230,0	55,0	90,5	375,5
RN	14,5	69,5	171,3	255,3
PB	430,0	107,0	154,0	691,0
PE	2,0	792,0	734,0	1.528,0
AL	219,0	137,5	733,5	1.090,0
SE	122,5	68,5	329,0	520,0
BA	40,5	79,3	241,0	360,8
MG	540,0	98,5	46,0	684,5
GO	100,0	26,8	21,6	148,4
MT	-	9,0	19,5	28,5
ES	-	69,8	51,0	120,8
RJ	-	450,0	98,3	548,3
SP	-	427,0	226,2	653,2
PR	-	723,5	1.152,0	1.875,5
SC	-	302,7	178,5	481,2
RS	-	4450,4	534,5	4.984,9
DF	-	68,2	34,2	102,4
TOTAL	1.718,0	8.745,5	5.145,0	15.608,5

FONTE: RMA (1935-43)

(*)- Em Toneladas

Não é difícil perceber que a constelação de forças políticas aquinhoadas pelo *Serviço de Sementes* do DNPV corresponde, tal como na 1a. República, ao grupo representado pela SNA, congregando, principalmente, proprietários dos complexos agrários do Nordeste e Sul. Basta atentar para o fato de que os estados mais beneficiados por este tipo de prática foram o Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco, Alagoas e Pará. Agregando-se a isto informações prestadas pelas fontes oficiais - segundo as quais, no ano de 1939 os maiores volumes de sementes distribuídas corresponderam às de algodão (25% do total), trigo (22%) fibras (11%) e arroz (6%) e, em 1943, aos dois primeiros produtos, além do milho (18%), arroz (12%) e feijão (10%)⁶² - verifica-se que a diversificação agrícola para os mercados interno e externo não deixou de beneficiar os antigos quadros políticos predominantes junto à Pasta da Agricultura, malgrado a incorporação de novos grupos de interesse. Quanto à venda e distribuição de mudas pelos órgãos do fomento, não é possível verificar sua destinação regional, apenas seus totais brutos por espécie, os quais demonstram que, enquanto em inícios da década de 1930 as mudas de cana constituíam a grande maioria do total fornecido, em 1943 tal primazia deslocava-se para as de cereais, integrando-se ao "esforço de guerra".⁶³ O mesmo acontece com o volume de adubos, fungicidas e inseticidas distribuído, uma vez que a fonte não o discrimina por estado ou região. Apenas é possível constatar a ascensão progressiva do *quantum* repassado aos proprietários, que saltou de 26,3 toneladas no ano de 1934, para 1.600 t. em 1944.⁶⁴ A adubação consistia em peça expressiva do esforço diversificador, não somente pela melhoria das espécies intentada pelo Ministério, como também pelo incentivo à instalação de fábricas nacionais voltadas para a produção de insumos agrícolas.⁶⁵

Completando o quadro geral da política agrícola ministerial no pós-30 resta analisar três outras modalidades de sua implementação, diretamente referidas à mediação proprietários-Estado: os *campos de*

⁶² RMA, 1939, p. 348 e RMA, 1943, pp. 123-5.

⁶³ RMA, 1934, p. 56 e RMA, 1943, p. 193.

⁶⁴ RMA, 1944, p. 83.

⁶⁵ Não somente a fala, como as práticas oficiais do MA valorizaram, ao longo de todo o período, a utilização da adubagem como meio de aprimoramento da qualidade da produção agrícola brasileira tendo algumas de suas sessões se dedicado à pesquisa e experimentação de novas técnicas e tipos, como no caso da adubação verde, intentada entre os anos de 1938-40. Além disso, o Ministério difundia - através de seus campos de cooperação e demais atividades junto aos produtores - marcas determinadas de adubos e fungicidas, tornando-se um verdadeiro "cartão de visitas" de determinadas fábricas nacionais como a fábrica Ipanema dentre outras.

cooperação; os aprendizados agrícolas e a cooperativização rural. Em princípio, todas elas representam, com algumas alterações, uma continuidade de práticas já verificadas na 1a. República, adquirindo, agora, um caráter mais sistematizado e abrangente em termos nacionais. Começando pelos campos de cooperação, verifica-se que sua finalidade e princípios pouco se alteraram posteriormente a 1930, preservando-se enquanto modalidade de assistência técnica prestada pelo Estado diretamente aos grandes proprietários, mediante contratos anuais. Neste prazo o Fomento do DNPV fornecia as máquinas necessárias às operações agrícolas, as sementes selecionadas, além da assistência permanente de um agrônomo, cabendo o total da produção obtida ao "cooperado", tudo isto em nome de "*passar o agricultor da rotina para a lavoura mecânica, menos rude e mais compensadora*".⁶⁶

A partir de 1937, no entanto, os *campos de cooperação*, doravante denominados *campos anuais*, teriam sua tipologia desdobrada, acrescida de três novas modalidades: *campos de cooperação permanente; campos de demonstração rápida e campos de cooperação fiscalizada*. Os primeiros, implantados em colaboração com prefeituras municipais, transformar-se-iam em estabelecimentos especializados na produção de sementes e mudas, constituindo-se em pólos dispersores locais das matrizes de alta qualidade, superando o inconveniente de serem elas geralmente produzidas e adquiridas em regiões distantes daquelas onde seriam empregadas. Neste novo tipo de campos, o Ministério privilegiou produtos como o algodão, trigo, centeio, milho e arroz, dando preferência a proprietários dos estados do Nordeste e do Sul.⁶⁷ Já os *campos de cultura fiscalizada*, criados em 1941, eram definidos como "*o tipo apropriado aos meios rurais mais adiantados, onde as máquinas de desbravamento do terreno, de preparo do solo, de semeadura e trato culturais já são de uso corrente. São legítimas escolas de encorajamento para a prática de culturas pouco familiares ou muito dispendiosas e que exigem máquinas caras e mão-de-obra especializada*".⁶⁸ Nessa modalidade, o Fomento participava com as sementes selecionadas, além da orientação técnica e das máquinas de colheita e/ou beneficiamento, buscando obter sementes excepcionais, a serem adquiridas pelo próprio Ministério ou por ele recomendadas a particulares. Tal como no caso precedente, situaram-se, em sua

⁶⁶ RMA, 1939, p. 13

⁶⁷ RMA, 1940, p. 13. Os campos de cooperação permanentes situavam-se em sua maioria nos estados do Paraná, Bahia e Pará, perfazendo um total médio de cerca de 4 000 ha cultivados através dessa modalidade de auxílio público (RMA, 1942, p. 17)

⁶⁸ RMA, 1942, p. 18

esmagadora maioria, no estado do Paraná, secundado pelos do Rio Grande do Sul, Sergipe e Pernambuco. Os *campos de cooperação rápida*, por seu turno, voltavam-se ao *pequeno lavrador*, consistindo na execução de trabalhos parciais referentes a uma dada cultura, tais como o preparo do terreno, o combate a pragas ou a colheita mecânica, junto aos quais atuavam as sucursais regionais da agência e seus agrônomos. Entre 1941 e 1942 o número desse novo tipo de campos elevou-se de 593 para 2.474, distribuindo-se entre os estados do Ceará (cerca de 60% deles), Baía (20%) e Acre (10%).⁶⁹

Apreciando todos eles em seu conjunto, observa-se que, a despeito de mais onerosos para o Ministério, foram os *campos de cooperação anuais* os que responderam pelos maiores totais, seguidos pelos de *rápida execução* e os de *cultura fiscalizada* - igualmente contratados com particulares.⁷⁰ Esta afirmativa pode ser apreciada a partir do Quadro V.

QUADRO V - MA: CAMPOS DE COOPERAÇÃO ANUAIS (1930-42)

ESTADO	1930	1935	1942
AC	-	-	03
AM	03	13	01
PA	04	66	39
MA	-	11	81
PI	10	16	04
CE	23	52	20
RN	09	77	11
PB	07	68	116
PE	10	150	166
AL	09	13	97
SE	-	152	49

⁶⁹ RMA, 1942, pp. 20-1.

⁷⁰ Os dados apresentados pelo Relatório do Ministério do ano de 1942 são bem ilustrativos a esse respeito, sobretudo considerando-se a **área total cultivada** por intermédio de cada uma dessas iniciativas: enquanto os campos anuais foram em número total de 1.054, correspondendo a uma área total em ha de 11.555, os de cooperação permanente foram apenas 108, com 4.403 ha cultivados, ao passo que os campos de cultura fiscalizada, em número de 1.245 - ou seja, um total superior ao do primeiro tipo - englobaram menor área cultivada, i.e. somente 8.577 ha.

BA	10	162	226
ES	08	39	130
RJ	06	42	89
SC	15	02	-
MG	28	03	03
GO	10	05	05
MT	09	10	04
RS	22	-	04
PR	04	-	02
SP	12	-	3
TOTAL	207	918	1.054

FONTE: RMA (1933, 1935, 1942).

O Quadro não somente espelha o relativo sucesso dessa atuação do Ministério junto à iniciativa privada - considerando-se que nos anos extremos da série seu montante quase quintuplica - como também, e mais uma vez, seu papel enquanto *locus* articulador dos interesses de entidades de classe distintas - como a SNA e a SRB - haja vista serem os proprietários do Nordeste - Baía, Pernambuco e Paraíba, além do Espírito Santo - os mais aquinhoados pela iniciativa.

Também no tocante à qualificação da mão-de-obra rural a iniciativa do Ministério da Agricultura continuaria a se fazer sentir através dos *Aprendizados Agrícolas*. Encarregados de ministrar um curso único e regular, com duração de dois anos, os AAs eram definidos como capazes de fornecer "*a aprendizagem dos métodos racionais do trato do solo, bem como noções de higiene e criação animal, além de instruções para o uso de máquinas e implementos agrícolas*".⁷¹ Paralelamente a tais noções e supondo substituir-se à escola primária rural, manteriam um curso de primeiras letras, cujos rudimentos contribuíssem para o aprimoramento da "qualificação técnica" de seu **público-alvo**: jovens entre 14 e 18 anos, comprovadamente filhos de pequenos agricultores e disponíveis para o internato. À guisa de remuneração pelos serviços prestados, atribuía-se uma diária a cada interno, mantida sob a guarda do diretor de cada estabelecimento, juntamente com o produto da renda obtida pela venda dos gêneros aí produzidos às comunidades vizinhas. Se entre 1911 e 1928 o MAIC manteve entre 5 e 8 *aprendizados*, onde

⁷¹ RMA, 1933-34, p. 57.

matricularam-se entre 150 e 250 menores/ano. no período posterior a 1930 esses números seriam bem mais elevados. como o revela o Quadro VI.

QUADRO VI - MA: TOTAL DE ALUNOS POR APRENDIZADOS (1935 - 1940).

APRENDIZADOS	TOTAL DE ALUNOS		
	1935	1938	1940
ACRE	-	49	50
PARÁ	137	150	130
PARAÍBA	156	142	150
PERNAMBUCO	-	140	127
ALAGOAS	120	108	117
SERGIPE	-	120	100
BAHIA	179	136	135
MINAS GERAIS	284	101	139
R.G. DO SUL	170	154	180
RIO DE JANEIRO	-	35	50
TOTAL	1.473	1.139	1.178

FONTE: RMA (1935, 1938, 1940).

Destaca-se do Quadro VII o significativo aumento no total anual de matriculados, comparativamente ao verificado na 1a. República, observando-se que sua capacidade de arregimentação de clientela, em média, quadruplicou. Outro ponto relevante, já que a instalação dos AAAs tinha sido uma das mais veementes demandas da SNA desde a década de 1910, diz respeito à sua distribuição, concentrada, igualmente, nos estados do Norte/Nordeste (07), cabendo os três restantes a Minas Gerais, Rio de Janeiro e R.G do Sul. Por certo observa-se que foi este último estado quem mais beneficiou-se, em todos os anos da série, com a maior população de jovens internos, à exceção de 1935. No entanto, caso se some o total de alunos dos AAAs no ano de 1940, observa-se que o Nordeste chegou a concentrar 809 deles, i.e., cerca de 68,7% dos matriculados. A demanda por mão-de-obra qualificada oriunda dos proprietários nordestinos da SNA seria, mais uma vez, priorizada pelo Ministério.

Finalmente resta mencionar a política de cooperativização agrícola do MA, um de seus grandes eixos de atuação no pós-30. Os

pioneiros na difusão da doutrina cooperativista no Brasil foram alguns agrônomos que, para além da formação acadêmica comum - sendo todos diplomados pela Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária do Rio de Janeiro - tinham como outros pontos de semelhança o fato de serem funcionários do MAIC e de não possuírem qualquer ligação direta com a propriedade rural. Custódio Alfredo de Sarandy Raposo, José Saturnino de Brito e Fábio Luz Filho foram os idealizadores de uma nova ordem social para o campo, baseada na **cooperativa/sindicato** enquanto fator de *incentivo à solidariedade e colaboração entre as classes*, e de superação do êxodo rural. Em nome do "igualitarismo social", concebia-se um sistema integrado que funcionaria como elemento de subordinação da pequena produção agrícola aos ditames do mercado, que a ela imporiam características homogeneizadoras, através da cooperativa. À diferença de outros projetos, no entanto, este seria marcado por uma dupla peculiaridade: sua abrangência nacional e seu caráter público. Esses técnicos prescreviam a intermediação do Estado entre produtores rurais de distintos portes e relações com a propriedade da terra, conciliando e enquadrando interesses bem pouco comuns. A despeito de escassas suas realizações na 1a. República, limitando-se muito mais à produção de um ideário, seu trabalho encontraria viabilidade no imediato pós-30, constituindo-se na **posição vencedora**, junto ao próprio Ministério da Agricultura, em contraposição àquela que propugnava o sindicalismo-cooperativista, ligada ao grupo de Juarez Távora.⁷² Com a implantação do Estado Novo e o afastamento deste grupo, o chamado *cooperativismo livre* ganharia espaço, com a adesão de representantes do DAC/SP.

Superada essa tensão, a política de cooperativização agrícola do MA produziria resultados mais consistentes a partir de 1938. É curioso observar que historiografia especializada utiliza o tipo de material aqui compilado de forma parcial e incompleta, sendo comum tomar-se os totais referentes a 1930 para daí inferirem-se conclusões tidas como válidas até os anos 1960, deixando-se de lado a precária qualidade dos dados no período, referidos, na maioria das vezes, a cooperativas em geral, e não às agrícolas em particular, com exceção do ano de 1938, que fundamenta o Quadro VII

⁷² A esse respeito ver MENDONÇA, 1995

QUADRO VII - TOTAL DE COOPERATIVAS/COOPERATIVAS AGRÍCOLAS POR ESTADO (1938).

U.F.	Coop. Agr (A)	Total Coop. (B)	(A)/(B)
AM	3	3	100,0%
PA	1	1	100,0%
MA	1	2	50,0%
PI	1	2	50,0%
CE	8	11	72,8%
RN	3	4	75,0%
PB	18	21	85,8%
PE	20	40	50,0%
AL	12	13	92,3%
SE	2	2	100,0%
BA	6	6	100,0%
ES	11	12	91,7%
RJ	18	21	85,8%
DF	6	22	27,3%
SP	29	55	52,7%
PR	13	13	100,0%
SC	15	16	93,8%
RS	114	119	95,8%
MG	10	25	40,0%
MT	1	1	100,0%

FONTE: RMA (1939).

Um ponto expressivo revelado pelo Quadro VIII é que, malgrado a literatura especializada refira-se ao "descaso" do poder público quanto à cooperativização dos estados do Nordeste entre 1930 e 1945, eles foram objeto da ação do Ministério da Agricultura, ainda que dentro da correlação de forças políticas que deu sustentação ao Estado Novo. A amostragem permite inferir que a maior incidência de cooperativas de produção agrícola verificou-se nos estados do Rio Grande do Sul (95,8% do total das cooperativas existentes); Santa Catarina (93,8%); Espírito Santo (91,7%); Rio de Janeiro (85,8%); Rio Grande do Norte (75,0%) e Ceará (72,8%). Outros estados, embora apresentando números expressivos de cooperativas agrícolas, encontram-se em faixas bem inferiores a 70%, como por exemplo São Paulo que, acusando um elevado número de cooperativas, conta somente com 52,7% destas como sendo de produção. Paralelamente a isto, há unidades da federação com 100% de cooperativização agrícola - tais como Amazonas, Pará, Sergipe e Bahia - porém com totais brutos de pequena

monta. Vale o registro, no entanto, de serem os estados nordestinos os que contaram com os mais altos índices de participação das cooperativas de produção agrícola sobre o total registrado no Ministério.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Comparando-se a atuação do Ministério da Agricultura no decorrer da 1a. República e no período compreendido entre 1930-45, é possível tecer alguns comentários conclusivos referentes a três ordens de questões: quanto à política agrícola propriamente dita, quanto à reconfiguração do Estado e correlação de forças junto ao bloco no poder e, finalmente, quanto aos quadros dessa agência do poder público.

No tocante aos grandes eixos da política agrícola, é possível perceber continuidades significativas entre ambos os períodos, destacando-se, sobretudo, a preocupação dos grupos de interesse aparelhados junto ao Ministério em preservar suas práticas voltadas à diversificação agrícola para o mercado interno, quer como contratendência às baixas cotações internacionais dos produtos agropecuários exportáveis, quer como instrumento minimizador de deficits da Balança Comercial, numa conjuntura mundial adversa como aquela inaugurada pela Crise de 29. Semelhante continuidade seria assegurada pela adoção de uma política centralizadora das diretrizes imprimidas à pesquisa agrícola no país, destinada à busca de novas alternativas produtivas, quer no tocante à variedade de produtos, quer no tocante à sua qualidade. Nesse sentido, o Ministério revelou-se importante instrumento de subordinação da agricultura à indústria no Brasil, beneficiando com sua política setores cuja produção a ela destinava-se, da mesma forma que difundindo, através de sua ação propagandística, os "benefícios" da racionalização produtiva pelo uso de máquinas, adubos e demais insumos agropecuários.

Por outro lado, o espectro da diversificação agrícola pretendida chegaria a revelar uma ruptura com a política agrícola do pré-30, posto que ela atingiria, igualmente, as exportações brasileiras, através do incentivo a novos produtos, particularmente os citricos, oleaginosos e fibras, além dos gêneros de primeira necessidade propriamente ditos. A configuração administrativa da Pasta e suas reformas ao longo do período espelham tal inovação, mediante a criação de múltiplos serviços especificamente voltados para tal fim. Exemplifica a nova tendência a imposição da padronização compulsória dos produtos agrícolas, visando seu aprimoramento/valorização no mercado ou a obrigatoriedade do

registro, junto ao Ministério, de empresas ligadas à produção exportável, fossem elas agropecuárias ou industriais.

Também a conjuntura política posterior a 1930 repercutiria de forma direta junto à Pasta da Agricultura, nela inscrevendo seus rumos e características específicos. Dessa forma, uma vez que a nova correlação de forças geraria um **duplo processo de centralização política/subordinação de regionalismos** e de realinhamento dos grupos políticos da Primeira República junto ao próprio aparelho estatal, o MA não esteve infenso a ele. Assim, **verificou-se em sua própria materialidade uma tendência à nacionalização das decisões de política agrícola** a qual, por sua vez, concretizou-se tanto na imposição das **diretrizes do Ministério às Secretarias estaduais de Agricultura**, quanto na **proliferação de sucursais da Pasta**, sistematicamente integradas, por todos os estados do país. Isso significa que o Ministério da Agricultura, aprofundando tendências já esboçadas na República Velha, seria também instrumento estratégico na construção do Estado Nacional.

Foi, contudo, no âmbito político, que se observou a maior descontinuidade no tocante à atuação do Ministério da Agricultura com relação ao período anterior. Enquanto na 1a. República a agência constituir-se-ia numa versão "estatizada" da Sociedade Nacional de Agricultura, buscando contrarrestar a hegemonia da grande burguesia paulista, ausente de seus quadros e demandas, agora, o Ministério assumia, mais que antes, o caráter de espaço político de acomodação de conflitos intra-classe dominante, chamando a si representantes de grupos de interesse ou entidades de classe junto a ele, até então, não representados. De uma forma ou de outra, o Ministério da Agricultura contribuiria para a consolidação de uma nova concepção acerca do papel do Estado junto à sociedade em geral e à agricultura em particular, baseada no princípio da extensão de sua presença a um número cada vez mais amplo de domínios do próprio espaço produtivo, configurando uma dinâmica interativa entre Estado e Sociedade no Brasil, cujo fulcro residiria na estatização dos conflitos, bem como na lenta subordinação da agricultura à indústria no país.